

Política

CONSTITUINTE

Pertence defende um prazo de sete a oito meses para a conclusão

por Ellana Simonetti de Brasília

Para evitar que o relógio do Congresso Nacional pare, a Constituição deve ser feita num prazo de sete a oito meses. A afirmação, feita pelo procurador geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence a este jornal, pode parecer sem sentido, mas tem fundamento histórico: em 1967, a Constituição tinha um prazo de elaboração de dois meses, e, caso não fosse votada pelo Congresso Nacional, seria aprovado o projeto do Executivo. No final do relógio do Congresso parou, por iniciativa do presidente dos trabalhos, a Constituição não foi aprovada em tempo hábil e passou a vigorar a fórmula proposta pelo então presidente da República, Humberto Castelo Branco.

Para Pertence, a fixação de um tempo rígido para o trabalho dos constituintes é incompatível com a idéia de soberania, mas ele lembra que a Constituição de 1946 foi feita em sete meses e que, "devido à provisoriedade das instituições vigentes durante o trabalho constituinte, ele não deve prolongar-se além do razoável".

O procurador geral da República foi um dos integrantes da comissão que elaborou o anteprojeto da comissão Arinos que servirá de subsídio para a elaboração da nova Constituição brasileira. Ele diz que o principal desafio que os constituintes terão de enfrentar será o da construção de instituições que seja, ao mesmo tempo, sólidas e permeáveis às mudanças sociais. Apesar de

não ser um entusiasta do Parlamentarismo, afirma que a tendência mais firme para a forma de governo a ser estabelecida na Constituição é a de "um Parlamentarismo presidencializado ou de um Presidencialismo parlamentarizado".

O decreto-lei, para Pertence, "com as precauções devidas de controle rígido, implacável e rápido pelo Congresso Nacional", é um instrumento necessário. Ele explica: "O Estado moderno é necessariamente intervencionista, e com as exigências de rapidez da vida econômica, é preciso ter formas urgentes de legislar".

Para a Procuradoria geral da República, e para a Justiça em geral, a elaboração de uma nova Constituição acarreta alguns problemas. Uma das atribuições de Pertence, por exemplo, é encaminhar ao Supremo Tribunal Federal as representações que questionam a constitucionalidade de leis ou resoluções.

Membro, ao mesmo tempo, do Ministério Público e do Poder Judiciário, Pertence diz estar pronto a colaborar com os constituintes, e defende a idéia de que deve ser tomada a decisão política de investir na eficiência do Judiciário, através da democratização da base da Justiça, com a criação de juizados informais de pequenas causas, a gratuidade do acesso à Justiça e a descentralização da Justiça Federal. Além disso, o procurador espera que a Assembléia Constituinte garanta ao Judiciário o direito de elaboração do orçamento e a liberação automática da verba.

Deputados querem decisão no plenário

por Zanoni Antunes de Brasília

Os deputados federais do PMDB, reunidos na última sexta-feira, aprovaram uma moção a ser encaminhada aos presidentes da Câmara e do Senado requerendo a sustação da instalação das respectivas mesas, ao mesmo tempo que atribui à Assembléia Constituinte decidir pelo funcionamento do Congresso ordinário. Com a decisão, está criado o impasse na iminência do funcionamento da Constituinte, uma vez que o próprio PMDB no Senado é contrário à moção, bem como os demais partidos.

A proposta de suspender as eleições das mesas da Câmara e do Senado tem por objetivo o funcionamento de uma Constituinte exclusiva, decretando-se um "recesso branco" do Congresso, que só se reunirá, de acordo com a moção, no caso de uma convocação extraordinária. Com a decisão da bancada pemedebista na Câmara ficaria, portanto, suspensa a disputa entre Ulysses Guimarães e Fernando Lyra à presidência da Câmara dos Deputados.

Ao mesmo tempo que se realizava o encontro da bancada do PMDB na Câmara, os senadores do partido, reunidos no Salão Filinto Muller, foram unânimes em rechaçar a proposta dos deputados. O novo líder no Senado, eleito por aclamação, Fernando Henrique Cardoso, também se manifestou contrário à proposta.

O partido integrante da Aliança Democrática, o PFL, também reagiu à moção do PMDB. O líder na Câmara, deputado José Lourenço, por exemplo, externou desânimo ao saber da decisão dos deputados: "Fico trabalhando dia e noite pelos votos do doutor Ulysses e de repente o

PMDB quer mudar tudo e não honrar os seus compromissos". Para o presidente do partido, Maurício Campos, a proposta é simplesmente "uma loucura".

Contudo, dentro da bancada pemedebista na Câmara a empolgação tomou conta de todos, principalmente dos jovens deputados. Para eles, não há importância nenhuma no fato de a mesa do Senado ser eleita antes da instalação da Constituinte. Argumentam esses parlamentares que o plenário soberano da Constituinte pode anular a eleição da mesa do Senado.

O próprio presidente do PMDB, Ulysses Guimarães (a quem a moção será enviada, na qualidade de presidente da Câmara), admitiu que em matérias de interesse público "a regra é retroativa". Ou seja, ele também concorda com um ato soberano da Constituinte contra uma eventual eleição da mesa do Senado Federal.

Com isso, o quadro demonstrado na última sexta-feira, às vésperas da instalação da Assembléia Nacional Constituinte era, no mínimo, confuso. O PDT, que foi preterido pelo PDS nas negociações de cargos à mesa, lançou candidato próprio, o deputado Amaury Muller, ao posto de 4º secretário. Outra consequência do impasse, com um eventual rompimento do acordo entre o PMDB e os demais partidos, é a hipótese de reforço à candidatura de Fernando Lyra à presidência da Câmara dos Deputados.

Na manhã de sexta-feira, durante a reunião da bancada pemedebista, Lyra fez um inflamado discurso em defesa de sua candidatura. Denunciou o uso do "rolo compressor" da máquina partidária, a influência dos governadores do PMDB e sugeriu enterrar definitivamente os costumes de arbítrio, classifica-

Bancada do PMDB indica Lucena

por Riomar Trindade de Brasília

O funcionamento do Senado e da Câmara dos Deputados deve dar prioridade absoluta à Assembléia Nacional Constituinte e o caminho mais fácil é a reformulação dos regimentos internos das duas casas para, a partir de março, quando será instalada a nova legislatura, só tratarem ordinariamente de temas relevantes, mediante acordo das lideranças dos partidos. Este é o pensamento do senador paraibano Humberto Lucena, que nessa segunda-feira deve ter seu nome referendado pelo plenário para a presidência do Senado e, por extensão, do Congresso Nacional.

Lucena, na sexta-feira, foi indicado para a presidência do Senado pela bancada do PMDB, partido majoritário na casa, vencendo a disputa interna travada com o senador Nelson Carneiro, representante do Rio de Janeiro. Lucena obteve 25 votos diante de 19 dados a Nelson Carneiro, registrando-se ainda um voto em branco (a reunião, estavam presentes 45 dos 46 sena-

dores do partido, pois Álvaro Dias, eleito governador do Paraná, não compareceu, nem o seu suplente Francisco Leite Chaves, atual procurador de Justiça Militar).

O senador Humberto Lucena admite a necessidade de alguns pontos polêmicos da nova Constituição serem referendados por um plebiscito nacional, conforme disse ao repórter Edson Beú. O senador sugere, por exemplo, que questões como o regime de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), a duração do mandato presidencial, o aborto e outros assuntos de difícil consenso sejam incluídos nas disposições transitórias da Carta Magna a ser elaborada pela Constituinte, para serem confirmados ou não depois pelo povo.

Apesar de considerar legítima a representatividade dos delegados eleitos, o senador defende o plebiscito como uma forma de assegurar a plena aceitação do novo texto constitucional.

Humberto Lucena acha que a futura Constituição brasileira será de centro-esquerda e bastante progressista. Ele jus-



Humberto Lucena

tifica sua previsão, com base no elevado percentual de renovação do Congresso Nacional, superior a 60%, conforme lembrou. Na sua opinião, o significativo número de votos nulos não compromete a representatividade da Constituinte. Segundo sua interpretação, esse fenômeno acontece mais em decorrência da feitura complicada da cédula do que pelo desinteresse do eleitor.

A bancada do PMDB no Se-

nado decidiu também indicar para a primeira vice-presidência o senador José Inácio (ES), mas deixou vaga a segunda vice-presidência para negociação com o PFL, partido integrante da Aliança Democrática que dá sustentação política ao presidente José Sarney. Para a primeira secretaria, a bancada do PMDB escolheu o senador Jutahy Magalhães (BA), e o senador Dirceu Carneiro (SC) para a terceira secretaria. A bancada deixou vagas a segunda e a quarta secretarias para negociar com os partidos de oposição, conforme anunciou o senador Alberto Campos (MT), ao anunciar a decisão da reunião da bancada.

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), escolhido líder do PMDB, advertiu que a bancada pemedebista pretende apoiar o governo, mas exigirá saber com antecedência que decisões estarão apoiando. "Vamos trabalhar para elaborar uma Constituição que defenda a democracia e as transformações sociais. E defenderemos os interesses nacionais, doa em quem doer", afirmou.

dos por ele de "cacoetes da ditadura".

Embora os ex-ministro da Justiça tenha acusado quatro deputados da bancada baiana de se submetem a pressões do governador Waldir Pires, o que provocou a indignação do plenário, Fernando Lyra poderá ainda beneficiar-se do quadro confuso notadamente dentro da bancada bastante insatisfeita do PFL.

Por sua vez, o deputado Ulysses Guimarães fez um discurso breve e procurou explicar a legitimidade de sua postulação, colocando

a disputa pelos cargos de presidente da Câmara e da Constituinte como convocação do seu partido, que ele pela primeira vez exigia para um presidente partidário tais posições. Ulysses ainda criticou a posição de Fernando Lyra de não levar em conta a decisão da bancada e disputar a presidência em plenário. Disse o atual presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados que o acatamento às decisões da bancada é que marca o fortalecimento partidário e a noção de partido. Fora disso, afirmou Ulysses, é a anarquia.

INDICAÇÃO DE ULYSSES

"Confesso que estou surpreso, não esperava uma votação tão grande, praticamente 80% dos votos do meu partido." Assim se expressou o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara, após a proclamação do resultado de uma eleição na bancada do PMDB para escolher o candidato do partido à presidência da Câmara.

166 deputados votaram em Ulysses Guimarães, 10 sufragaram no deputado Fernando Lyra, 36 vota-

ram em branco e houve um voto nulo.

O deputado Ulysses Guimarães afirmou que essa votação é uma moção de confiança que recebe do partido. Com isso, "possa crer que meus serviços estão sendo compreendidos e estimulados pelo povo brasileiro e pelos políticos", observou Ulysses.

Antes da votação, o deputado Fernando Lyra disse, em seu discurso, que não iria disputar a indicação na bancada, mas que disputará os votos dos 487 deputados no plenário da Câmara, no dia da eleição da Mesa.